



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 21/XII/ 4.^a SL

Aos 3 dias do mês de dezembro de 2014, pelas 9 horas e 55 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

- 1. Distribuição de iniciativas legislativas;**
- 2. Apreciação e votação do parecer sobre as seguintes iniciativas legislativas:**
 - **Projeto de lei n.º 682/XII/4.^a (PSD e CDS-PP) – Procede à primeira alteração da Lei n.º 14/2008, de 12 de março, que proíbe e sanciona a discriminação em função do sexo no acesso a bens e serviços e seu fornecimento;**
Relatora - Deputada Isabel Alves Moreira (PS)
 - **Projeto de lei n.º 685/XII/4.^a (PS) - Altera o Código de Processo Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de fevereiro, eliminando a possibilidade de julgamentos em processo sumário para crimes puníveis com pena de prisão superior a 5 anos;**
Relatora - Teresa Anjinho (CDS-PP)
- 3. Apreciação das recomendações constantes da Resolução da AR n.º 87/2014, de 29 de outubro, «com vista à adoção de políticas públicas para a promoção da natalidade, a proteção das crianças e o apoio às famílias» (requerimento do Grupo Parlamentar do PSD);**
- 4. Discussão e votação na especialidade do projeto de lei n.º 259/XII/1.^a (PCP) – Estabelece o regime jurídico e o estatuto profissional da atividade de guarda-noturno;**
- 5. Admissão e distribuição de petições;**
- 6. Apreciação e votação de relatórios sobre iniciativas europeias**
- 7. Apreciação e votação das atas n.ºs 14 a 20/XII/4.^a, correspondentes às reuniões de 4 a 27 de novembro de 2014;**
- 8. Outros assuntos.**

11:00 Horas

Audição do Secretário-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa sobre a atuação dos serviços de informações nas instalações centrais do Instituto dos



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 21/XII/ 4.^a SL

Registos e Notariado, nomeadamente envolvendo escutas no gabinete do Presidente desse Instituto (a requerimento dos Grupos Parlamentares do BE e do PCP).

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Fernando Negrão, e não havendo iniciativas legislativas a distribuir, passou-se à apreciação do parecer sobre o [projeto de lei n.º 682/XII/4.^a \(PSD e CDS-PP\)](#) — Procede à primeira alteração da Lei n.º 14/2008, de 12 de março, que proíbe e sanciona a discriminação em função do sexo no acesso a bens e serviços e seu fornecimento, que foi apresentado pela respetiva relatora, Senhora Deputada Isabel Alves Moreira (PS). Após um breve debate, em que intervieram o Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD) e a Senhora Deputada Teresa Anjinho (CDS-PP), o parecer foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

Seguidamente, foi apreciado o parecer sobre o [projeto de lei n.º 685/XII/4.^a \(PS\)](#) - Altera o Código de Processo Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de fevereiro, eliminando a possibilidade de julgamentos em processo sumário para crimes puníveis com pena de prisão superior a 5 anos, que foi apresentado pela respetiva relatora, Senhora Deputada Teresa Anjinho (CDS-PP) e, no final, submetido a votação (Partes I e III), aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

O terceiro ponto da ordem do dia foi adiado para o final da reunião, a pedido do Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD).

Procedeu-se ao adiamento, por um prazo de 30 dias, da discussão e votação, na especialidade, do [projeto de lei n.º 259/XII/1.^a \(PCP\)](#) - Estabelece o regime jurídico e o estatuto profissional da atividade de guarda-noturno, a requerimento do Grupo Parlamentar do PSD, uma vez que o Governo informou que pretendia apresentar, através dos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP, propostas de alteração à iniciativa, tendo os Grupos Parlamentares do PCP e do PS acedido ao adiamento. O Senhor Deputado Luís Pita Ameixa (PS) requereu, ainda, que fossem pedidos contributos escritos à ANMP e à ANAFRE sobre o projeto de lei.

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 21/XII/ 4.^a SL

No quinto ponto da ordem do dia, foi admitida e distribuída a seguinte petição:

PETIÇÃO	PETICIONANTE (S)	DATA	ASSUNTO	RELATOR DESIGNADO
443/XII/4	José Miguel Fischer Rodrigues Cruz da Costa	2014-11-14	Solicita alteração do artigo 196.º da Lei n.º 115/2009, de 12 de outubro, que Aprova o Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade.	Deputada Teresa Anjinho (CDS-PP)

Não havendo lugar à apreciação e votação de relatórios sobre iniciativas europeias, o Senhor Presidente colocou à votação as atas n.ºs 14 a 20/XII/4.^a, correspondentes às reuniões de 4 a 27 de novembro de 2014, que foram aprovadas por unanimidade, na ausência do PEV.

Em seguida, retomou-se o terceiro ponto da ordem do dia, que consistia na apreciação das recomendações constantes da Resolução da AR n.º 87/2014, de 29 de outubro, «com vista à adoção de políticas públicas para a promoção da natalidade, a proteção das crianças e o apoio às famílias». O Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD) sugeriu que cada grupo parlamentar apresentasse propostas de audições ou de outras diligências a realizar pela Comissão em torno dos seguintes três temas: adoção, conceito de «superior interesse da criança» e conciliação entre a vida profissional e a vida familiar. Mais sugeriu que fosse designado um Deputado relator para a elaboração do relatório sobre estas matérias, com base nas diligências efetuadas. Em seguida, o Senhor Deputado Luís Pita Ameixa (PS) propôs que essas matérias fossem tratadas, em primeira linha, em sede da Subcomissão de Igualdade, posição que mereceu a discordância do Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD). Usaram ainda da palavra as Senhoras Deputadas Cecília Honório (BE) e Teresa Anjinho (CDS-PP), tendo esta última recordado que foram constituídos pelo Governo dois grupos de trabalho precisamente para o tratamento destas questões, devendo a Comissão recorrer ao trabalho e conclusões já produzidas naquela sede. No final, o Grupo Parlamentar do PSD indicou comorelator do relatório a elaborar pela Comissão, em cumprimento da referida Resolução, o Senhor Deputado Carlos Peixoto (PSD).



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 21/XII/ 4.^a SL

No ponto reservado a outros assuntos, o Senhor Deputado António Filipe (PCP) manifestou alguma estranheza pelo facto de a proposta de lei n.º 259/XII/4.^a, que procede à nona alteração à Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, ter baixado à Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública (COFAP) e não à 1.^a Comissão, como sucedeu nas alterações anteriores à mesma Lei e alertou para a necessidade de, nesse processo, a COFAP proceder à recolha dos contributos dos Conselhos Superiores da Magistratura, do Ministério Público e dos Tribunais Administrativos e Fiscais.

No mesmo sentido, usou da palavra a Senhora Deputada Isabel Alves Moreira (PS), relativamente ao projeto de lei n.º 680/XII/4.^a (PS) - Consagra expressamente a identidade de género no âmbito do direito à igualdade no acesso a emprego e no trabalho, procedendo à 5.^a alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 fevereiro, que baixou à Comissão de Segurança Social e Trabalho e não à 1.^a Comissão.

Após uma breve interrupção dos trabalhos, deu-se início à audição do Secretário-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa, Dr. Júlio Pereira, requerida pelos Grupos Parlamentares do BE e do PCP, sobre a atuação dos serviços de informações nas instalações centrais do Instituto dos Registos e Notariado.

A audição decorreu à porta fechada, sendo o seu conteúdo sigiloso.

O Senhor Presidente começou por dar a palavra, para colocarem questões, à Senhora Deputada Cecília Honório (BE) e ao Senhor Deputado António Filipe (PCP), em nome dos Grupos Parlamentares que apresentaram os requerimentos, aos quais o Senhor Secretário-Geral do SIRP respondeu individualmente. Em seguida entrevistaram, também para colocar questões, as Senhoras e os Senhores Deputados Luís Pita Ameixa (PS), Teresa Leal Coelho (PSD) e Telmo Correia (CDS-PP), aos quais o Senhor Secretário-Geral do SIRP respondeu em conjunto. Foi ainda formulada uma pergunta final pelo Senhor Deputado José Magalhães (PS), a que o Senhor Secretário-Geral respondeu.



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 21/XII/ 4.^a SL

A reunião foi encerrada às 12 horas e 30 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 3 de dezembro de 2014

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(Fernando Negrão)

Nota: aprovada a 07-01-2015



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 21/XII/ 4.^a SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto
António Filipe
Carlos Peixoto
Cecília Honório
Fernando Negrão
Filipe Neto Brandão
Francisca Almeida
Hugo Velosa
Isabel Alves Moreira
Jorge Lação
José Luís Ferreira
José Magalhães
Luís Pita Ameixa
Maria Paula Cardoso
Paulo Rios de Oliveira
Paulo Simões Ribeiro
Telmo Correia
Teresa Anjinho
Teresa Leal Coelho
Carlos Abreu Amorim
Elza Pais
Margarida Almeida

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

António Gameiro
Hugo Lopes Soares
Isabel Oneto

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

João Lobo